



ECLESIOLOGIA DO VATICANO II *

Ecclesiology of Vatican II

Víctor Codina SJ **

RESUMO: Não se pode compreender a eclesiologia do Vaticano II sem conhecer a vida, o estilo pastoral e o carisma de João XXIII, que convocou o Concílio e abriu o caminho em direção a uma nova configuração eclesial que acabava com séculos de uma Igreja de Cristandade. O Vaticano II implica uma transição de uma Igreja clerical a uma Igreja Povo de Deus, povo de batizados. A passagem de uma Igreja juridicista e legalista a uma Igreja Mistério de comunhão em Cristo. Mudar de uma Igreja triunfalista e ligada ao poder mundano a uma Igreja vivificada pela força renovadora do Espírito. A Igreja está a caminho rumo ao Reino de Deus juntamente com todos os cristãos e com toda a humanidade. A recepção do Vaticano II supõe uma conversão pastoral: voltar ao Evangelho e abrir-se aos novos sinais dos tempos seguindo o Espírito que inspirou João XXIII.

PALAVRAS-CHAVE: João XXIII, Vaticano I, Povo de Deus, Sínodo, Recepção.

ABSTRACT: You cannot understand the Ecclesiology of Vatican II without knowing the life, the pastoral style and the charisma of John XXIII, who convened the Council and opened the way toward a new ecclesial setting that ended centuries of a church of Christendom. The Vatican II involves a transition from a clerical Church to a "People (baptized people) of God" Church. The Vatican II implies the passage from a juridical and legalistic Church to a Church as the Mystery of the communion in Christ. The Vatican II implies the change from a triumphalistic Church and connected to worldly power to a Church vivified by the renewing force of the Spirit. The Church is on its way toward the Kingdom of God together with all Christians and all mankind. The reception of the Vatican II supposes a pastoral conversion: a return to the Gospel and openness to new signs of the times following the Spirit that inspired John XXIII.

KEYWORDS: John XXIII, Vatican I, People of God, Synod, Reception.

* Conferência proferida na comemoração dos 50 anos do Concílio Vaticano II, em outubro de 2012, durante a II Semana Teológica organizada pela Arquidiocese de Cochabamba, Bolívia, em colaboração com a Faculdade de Teologia da Universidade Católica Boliviana.

** Pontifícia Universidade Católica de Cochabamba, Bolívia, Departamento de Teologia. Artigo submetido a avaliação em 19.07.2013 e aprovado para publicação em 26.08.2013.

Introdução narrativa

Mais que fazer uma introdução teórica sobre o Vaticano II prefiro fazer um pouco de teologia narrativa a partir da vida de João XXIII, pois nela encontram-se as raízes e as intuições básicas do Vaticano II.

Angelo Giuseppe Roncalli nasceu em 1881 numa aldeia italiana de Sotto il Monte, Bérghamo, de família campesina muito cristã, pobre, mas não miserável (tinham 7 vacas no terreno de sua casa...). Ele nunca se envergonhou de suas raízes campesinas e sempre conservou a simplicidade, a sabedoria do povo e teve uma grande sensibilidade para com as pessoas humildes.

Estudou história da Igreja, especialmente as épocas de Gregório Magno e de Carlos Borromeu, o reformador tridentino de Milão e Bérghamo, que lhe ajudou a ter uma visão histórica e dinâmica da Igreja.

Na primeira Guerra Mundial atuou como capelão atendendo os soldados feridos que se recuperavam no hospital militar. Experimentou os horrores da guerra e sempre buscou e trabalhou pela paz como demonstra sua encíclica *Pacem in terris*.

Foi secretário do progressista bispo de Bérghamo, Radini Tedeschi, que era muito aberto a temas sociais e ecumênicos. Após alguns anos de docência no seminário de Bérghamo, foi injustamente acusado de modernismo, fato que o fez compreender logo a situação dos teólogos expulsos de suas cátedras por Pio XII.

Nomeado Delegado apostólico na Bulgária e mais adiante na Turquia e Grécia, nações de tradição cristã ortodoxa, viveu e sofreu a tragédia da divisão da Igreja e valorizou a importância do ecumenismo: que sempre enfatizará mais o que une do que o que divide.

Durante a Segunda Guerra Mundial ajudou na saída da população judaica perseguida e não duvidou em assinar certificados falsos de batismo para que os judeus não fossem deportados aos campos de concentração.

A posterior estadia, em Paris (1944-1952), como núncio, o abriu à modernidade e às novas correntes teológicas. Foram os anos da renovação teológica bíblica, patrística, litúrgica, ecumênica, (a "*nouvelle théologie*") com Congar, Chenu, De Lubac, Daniélou, Teilhard de Chardin, anos do movimento operário, dos sacerdotes operários e dos desafios pastorais sobre a "França país de missão".

Finalmente, os anos de arcebispo em Veneza (1953-1958) o fizeram compreender a dificuldade de se proclamar o Evangelho na sociedade moderna.

Com a morte de Pio XII, em 1958, Roncalli é eleito Papa como um Papa de transição, pois não era fácil superar o pontificado da figura nobre, culta

e em muitos aspectos extraordinária do Papa Eugenio Pacelli. Roncalli representava outro estilo humano e eclesial. Um Papa campesino baixo e gordo, bondoso e intuitivo. Na homilia de sua coroação pontifícia disse que não esperassem dele nem um homem de Estado, nem um diplomático ou cientista, nem um organizador da vida coletiva. Ele queria ser um bom pastor.

Aos 77 anos de idade surpreendeu a todo o mundo ao convocar, em 1959, um Concílio Ecumênico que devia completar o que o Vaticano I (1870) teria deixado inacabado, porém que não deveria ser a mera continuação do Vaticano I, mas um novo Concílio, o Vaticano II. Ele mesmo reconheceu que esta ideia “brotou do coração e aflorou em seus lábios como graça de Deus, como uma luz do alto, com suavidade no coração e nos olhos, com grande fervor”. Esta convocação causou assombro e desconcerto. Inclusive Monsenhor Montini, arcebispo de Milão, o futuro Paulo VI, disse a seu amigo, o Pe. Julio Bevilacqua, futuro cardeal: “Este velho, santo e inocente parece não entender em que vespeiro nos está metendo”¹.

Na realidade João XXIII não continuou a trajetória de Pio XII, cúpula da Igreja da Cristandade, mas mudou de modelo eclesial: uma Igreja que voltaria às fontes (*ressourcement*) e aos sinais dos tempos.

O Papa solicitou o *aggiornamento* da Igreja, palavra típica roncalliana que significava o colocar em dia a Igreja, diálogo com o mundo moderno, inculturação nas novas culturas, voltar às fontes vivas da Tradição cristã, renovação pastoral, um salto adiante, incrementar a fé, renovar os costumes do povo cristão, pôr em dia a disciplina eclesiástica. Como o Papa expressou a um bispo africano, tratava-se de abrir a janela da Igreja para que um ar novo nela entrasse e sacudisse a poeira acumulada durante séculos. A Igreja, como as fontes das praças de muitos povos, queria oferecer ao mundo água fresca, mas sem obrigar ninguém a bebê-la.

Pouco a pouco, as finalidades do Concílio foram se concretizando: diálogo com o mundo moderno, renovação da vida cristã, ecumenismo e o devolver à Igreja o rosto da Igreja dos pobres. Queria ser, antes de tudo, um Concílio pastoral. Antes do Concílio, o Papa peregrinou em Loreto, santuário mariano e em Assis, símbolo dos pobres e pequenos. O Papa pediu que o Concílio fosse um novo Pentecostes.

O discurso inaugural do Concílio em 11 de outubro de 1962 causou, contudo, uma surpresa maior. A Igreja, disse João XXIII, não quer condenar a ninguém, prefere usar a compaixão e a misericórdia, deseja abrir-se ao mundo moderno e a todos os cristãos, oferecer-lhes a mensagem renovada

¹ ALMEIDA, J. A. Juan XXIII, el papa del concilio. *Revista Latinoamericana de Teología*, San Salvador, v. 85, 2012, p. 9-36, aqui 12-13.

do Evangelho. Diante dos “profetas de calamidades”, João XXIII professa um otimismo esperançoso baseado na ação de Deus na história. Distingue também o conteúdo essencial da fé das adaptações às novas circunstâncias do tempo e da cultura.

Na noite daquele dia histórico, o Papa – cansado da longa cerimônia da inauguração – olhou para a praça de São Pedro iluminada e repleta de jovens com tochas acesas, ponderou a lua cheia que brilhava naquela noite solene, saudou a todos e pediu aos pais de família que ao chegar em suas casas acariciassem seus filhos em nome do Papa. Algo estava mudando na Igreja...

João XXIII presidiu apenas a primeira sessão do Vaticano II. Morreu em 03 de junho de 1963 repetindo a oração de Jesus: “*ut unum sint*”, que todos sejam um.

O novo Papa, Paulo VI, dirigiu o Concílio com sabedoria até o fim. O cardeal Lercaro pediu ao novo Papa, Paulo VI, que elevasse aos altares João XXIII não só por sua santidade pessoal, mas também porque simbolizava um novo paradigma eclesial. Porém, Paulo VI não atendeu a esta sugestão.

1 Vaticano II, um Concílio eclesiológico

O Vaticano II foi um Concílio fortemente eclesiológico, da Igreja sobre a Igreja, que queria responder à pergunta: “Igreja, que dizes de ti mesma?”

A resposta foi dupla: a *Constituição dogmática sobre a Igreja* ou a Igreja *ad intra* (LG) e a *Constituição pastoral sobre a Igreja no mundo atual* ou a Igreja *ad extra* (GS). Outros documentos também trataram sobre a Igreja como o *Decreto sobre a dimensão missionária da Igreja* (AG) e o *Decreto sobre o ecumenismo* (UR). Em geral todos os documentos desenvolveram temas eclesiais sobre leigos, bispos, Vida Religiosa, educação, diálogo com os não cristãos, liberdade religiosa, etc.

A novidade desta eclesiologia manifesta-se em contraste com a eclesiologia anterior ao Concílio. Este contraste pode ser visto simbolizado no que sucedeu na aula conciliar em 1º de dezembro de 1963, na segunda sessão do Vaticano II. Uma comissão romana muito tradicional (Ottaviani, Tromp...) preparou um esquema sobre a Igreja. Este foi rechaçado pelos bispos vindos de fora, da periferia. Concretamente o bispo belga De Smedt em sua intervenção acunhou uma trilogia de defeitos do esquema prévio ao acusá-lo de clerical, legalista e triunfalista.

Com estas três notas: clerical, legalista e triunfalista, no fundo rechaçava-se o esquema romano que mantinha a eclesiologia da Cristandade, que vigorou durante todo o segundo milênio, começando a partir de Constantino.

2 A Igreja de Cristandade

Quais eram as notas desta Igreja de Cristandade? É uma Igreja que separa o sagrado do profano e divide a Igreja em dois setores desiguais: a hierarquia e os leigos. Uma Igreja que é definida como uma sociedade de desiguais: enquanto uns ensinam, santificam e mandam, outros aprendem, recebem e obedecem. Há uma Igreja docente e a outra discente. A estreita união entre Igreja e Império ou Estado faz confundir e identificar o ser cristão com o ser cidadão do Estado. É uma Igreja de massa de batizados desde a infância, mais institucional que comunidade, uma Igreja muito centralizada e uniformizada, sobretudo desde a reforma gregoriana do século XI. É uma Igreja que enfraquece ou até mesmo faz desaparecer a instância da Igreja local. Uma Igreja que se identifica com o Reino de Deus na terra, uma Igreja com poder espiritual e temporal, hegemônica, Senhora e Mestra, tão sociedade perfeita como o Estado, fora da qual não há salvação, o que explica tanto seu zelo missionário pelas cruzadas, a inquisição, as guerras de religião, o antissemitismo e o rechaço da liberdade religiosa. Uma Igreja fechada e na defensiva diante do mundo moderno, de costas para a história, uma Igreja piramidal.

A liturgia pré-conciliar expressava perfeitamente esta mentalidade de Cristandade: missa presidida pelo sacerdote de costas para o povo, em latim, onde os fiéis assistiam passivos à cerimônia sem compreender seu sentido pascal e que, por isso, aproveitavam para rezar suas devoções particulares, sem oração dos fiéis, sem dar-se a paz, comungando ajoelhados, na boca e sob uma espécie...

Apesar desta eclesiologia dominante, a Igreja, que está sempre movida pelo Espírito, manteve na época da Cristandade a fé do povo: é a Igreja das sumas teológicas e as catedrais de grandes santos entregues aos pobres e à evangelização. No entanto, com um custo muito negativo: separação da Igreja do Oriente, da Reforma, alienação do mundo moderno: cientistas, filósofos, artistas, operários, políticos, jovens, mulheres... Em resumo, esta é a Igreja clerical, legalista e triunfalista que os bispos rechaçaram.

Diante deste esquema, o Vaticano II oferece a alternativa de uma nova eclesiologia, mas que no fundo, volta à eclesiologia tradicional do primeiro milênio da Igreja: uma Igreja não clerical, mas Povo de Deus; não legalista, mas Mistério de comunhão em Cristo; não triunfalista, mas vivificada pelo Espírito.

3 Igreja Povo de Deus

Diante da Igreja clerical, o Vaticano II realiza uma revolução copernicana ao colocar o capítulo II sobre o Povo de Deus na LG antes dos capítulos sobre a hierarquia (III), leigos (IV) e Vida Religiosa (VI). A Igreja é um

Povo convocado pelo Pai que “quis... santificar e salvar os homens, não individualmente, excluindo toda a relação entre os mesmos, mas formando com eles um povo, que o conhecesse na verdade e o servisse em santidade. E assim escolheu Israel para seu povo, estabeleceu com ele uma aliança. E o foi instruindo gradualmente, manifestando, na própria história do povo, a si mesmo... Tudo isto aconteceu como preparação e figura daquela aliança nova e perfeita, que haveria de ser selada em Cristo” (LG 9). Indubitavelmente só à luz da fé, da Palavra do Antigo e Novo Testamento podemos chegar a esta visão do Povo de Deus (cf. DV).

Este é um povo messiânico, sacerdotal e profético no qual se entra pelo batismo (LG 9-10), que possui o sentido da fé e inclusive goza de infalibilidade quando vive esta fé em comunhão com toda a Igreja. É um povo dotado de diversos carismas (LG 12), aberto ao mundo, pois o projeto salvífico de Deus é universal, um povo composto por todas as raças e culturas (LG 13).

Na Igreja católica subsiste a Igreja de Cristo (LG 8), pois também outras Igrejas cristãs são Igreja de Cristo. A Igreja católica está em comunhão com todos os demais cristãos unidos pela Palavra e pelo batismo, ainda que em alguns pontos não conservem a unidade da fé, nem a comunhão com o sucessor de Pedro (LG 15). Ou melhor, a Igreja sente-se unida a todos os não cristãos (judeus e de outras religiões) e com os não crentes, porque o desígnio de salvação de Deus é universal e Deus não nega sua graça aos que, sem culpa própria, não chegaram ao conhecimento de Cristo (LG 26). Tudo isso impulsiona a Igreja a uma tarefa ecumênica (LG 17; UR) e à missão de evangelizar a todos os povos (AG).

4 Igreja mistério de comunhão em Cristo

A noção de Povo de Deus não é meramente sociológica ou política, mas é um conceito que brota da fé na revelação da Palavra de Deus (cf. DV). Por isso, frente a uma imagem de Igreja legalista e jurisdicista, uma sociedade tão perfeita como o Estado e tão visível como a república de Veneza (Bellarmino), o Concílio apresenta uma Igreja mistério e sacramento de salvação (LG 1; 9; 48) que brota do seio do mistério trinitário (LG 1) e que forma parte do projeto trinitário de filiação e de fraternidade que se inicia desde a criação, prepara-se no Israel do AT, constitui-se em Cristo e manifesta-se pela efusão do Espírito em Pentecostes (LG 2).

Este Povo de batizados constitui o Corpo eclesial de Cristo, que se alimenta e consolida na eucaristia, corpo sacramental de Cristo. Por isso a Igreja, este Povo de Deus é, antes de tudo, uma comunidade: comunidade eucarística local, comunidade diocesana, comunidade universal governada

pelos bispos e presidida pelo bispo de Roma que forma com os bispos uma comunidade colegial ou colégio episcopal, presidido pelo sucessor de Pedro.

Esta dimensão comunitária é a base de toda a Igreja: família ou Igreja doméstica, comunidade paroquial, comunidade presbiteral, comunidade religiosa, comunidade diocesana, comunidade regional, comunidade universal, uma Igreja comunidade de comunidades e de Igrejas. Por isso as imagens bíblicas que o Vaticano II menciona são comunitárias: redil, vinha, edifício de várias pedras, cidade, a Jerusalém formada por muitos cidadãos (LG 6), corpo de Cristo formado de muitos membros (LG 7).

Esta eclesiologia de comunhão, embora pareça nova, retoma a imagem da Igreja do primeiro milênio, uma Igreja mistério de comunhão (*koinonia*), que vive a comunhão teologal com o Pai, por Cristo e no Espírito, que vive a comunhão com a Palavra, a fé e a oração, que celebra a fração do pão, vive a comunhão fraterna com seus membros, a comunhão com seus pastores e a comunhão solidária com os pobres, conforme os resumos dos Atos (At 2 e 4).

Portanto, o Concílio, em sua *Constituição sobre a liturgia*, afirma que a eucaristia é fonte e cume da vida eclesial (SC 10). A própria reforma litúrgica expressará, claramente, esta dimensão comunitária do Povo de Deus: altar de frente para o povo, participação ativa do povo na assembleia eucarística, uso da língua materna, oração dos fiéis, rito da paz, comunhão sob as duas espécies, etc. Mons. Lefebvre ao rechaçar a liturgia do Vaticano II, rechaçava seu modelo eclesiológico, pois a liturgia expressa a fé da Igreja (*Lex orandi, Lex credendi*).

5 Igreja vivificada pelo Espírito

Diante de uma Igreja triunfalista, poderosa, Senhora e dominadora, o Concílio fala de uma Igreja peregrina que caminha rumo ao Reino, à escatologia (LG cap. VII). Uma Igreja santa e necessitada de purificação e reforma, que abraça em seu seio os pecadores, que não busca a glória, nem o poder do mundo. Uma Igreja que, como Jesus, é solidária com os pobres e aflitos, evangeliza os pobres, vive entre dificuldades e perseguições, anuncia a cruz e a ressurreição do Senhor até a sua volta (LG 8).

Porém, esta Igreja pobre, pecadora, muitas vezes perseguida, é vivificada pelo Espírito que nela habita, como num templo. É esse Espírito que guia, unifica e enriquece a Igreja com seus dons hierárquicos e carismáticos. Ele a renova e rejuvenesce constantemente (LG 4). A Igreja não é um clube, nem uma ONG, nem um partido político, nem uma multinacional...

Mas este Espírito que habita na Igreja, como num templo, para além dos limites da Igreja, guia toda a humanidade rumo ao Reino, dirige a história dos povos e enche o universo como aparece na *Constituição sobre a Igreja no mundo atual* (GS). Portanto, a Igreja, que caminha juntamente com toda a humanidade, tem que auscultar e discernir, à luz do Evangelho, a presença do Espírito através das vozes, desejos e aspirações do povo. É a doutrina conciliar sobre os sinais dos tempos (GS 4; 11; 44). Esta doutrina acredita que o Espírito Santo oferece a todos a possibilidade de associar-se misteriosamente ao mistério pascal do Cristo (GS 22). Daí brota uma atitude não de pessimismo, nem de condenação, nem de intolerância ou de superioridade sobre os demais, mas uma atitude de diálogo, de respeito à liberdade religiosa (DH), de respeito à autonomia legítima das realidades criadas (ciência, filosofia, política, economia, arte...) (GS 36), de cooperação com a sociedade que ela tenta ajudar (GS 43) e da qual ela também recebe muitas ajudas (GS 44).

Em síntese, a Igreja é “um povo congregado na unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo” (LG 4). É um povo convocado pelo Pai a caminho do Reino, que vive seu projeto de filiação e de fraternidade no seguimento de Jesus de Nazaré, fazendo contínua memória de seu mistério pascal, sob a força e a condução do Espírito Santo, Senhor e doador da vida.

São João Crisóstomo dá uma definição de Igreja que pode resumir toda a eclesiologia do Vaticano II. Ele diz que “Sínodo é o nome da Igreja”² e a palavra sínodo significa um caminho realizado em conjunto, ou seja, a Igreja é um povo que caminha conjuntamente com todos, rumo ao Reino, em comunhão fraterna com Jesus e unida pelo Espírito.

6 *Recepção do Vaticano II*

Chamamos de recepção o processo de assimilação vital por parte da comunidade cristã de um acontecimento eclesial ou de uma doutrina proposta pelo magistério. É como o amém litúrgico, ou como “uma boa digestão” eclesial... Não é simples obediência legal, mas aceitação cordial e vital de algo que se sente conaturalmente pertencente à mensagem de Jesus e à Tradição eclesial e isto sob a orientação do Espírito que é quem suscita e ilumina a fé dos fiéis.

Assim receberam os escritos do Novo Testamento, os dogmas, as normas e os concílios. Porém, esta recepção, geralmente, é longa e trabalhosa, como sucedeu com os concílios anteriores, assim também acontece com o

² PG 55, 493.

Vaticano II. Aos 50 anos do Vaticano II, o Concílio ainda está em processo de recepção, não foi plenamente recebido. Muitos não sabem que houve um Concílio, poucos leram seus documentos. Muitos não captaram sua novidade. Isso não deve nos estranhar, pois depois de 15 séculos da Igreja de Cristandade não é fácil mudar de modelo eclesial.

Houve fortes críticas e oposição ao Vaticano II (o caso mais grave é o do bispo Lefebvre que acabou sendo excomungado por João Paulo II quando começou a ordenar bispos). Houve, por outra parte, alguns exageros em sua aplicação, o que provocou, em muitos setores eclesiais, certa resistência ao Concílio e nas esferas da hierarquia um medo de que a Igreja perdesse sua identidade com as mudanças. Por isso, procurou-se reforçá-la insistindo na continuidade entre o Vaticano II e os concílios anteriores (Trento e Vaticano I), inclusive alguns chegando a questionar se no Vaticano II aconteceu algo novo.

Por tudo isto, nos últimos anos, o impulso do Concílio foi freado e alguns temas deram passos para trás (liturgia, conferências episcopais, missão dos leigos, Igreja locais, ecumenismo, critérios para a eleição de novos bispos, etc...). Estamos diante de um conflito de interpretações e passamos da primavera ao inverno eclesial. Os Padres da Igreja, que comparam o Cristo com o sol e a Igreja com a lua, falam que a Igreja passa por diversas fases como a lua. Hoje estamos em fase de lua minguante...

Mas, além disso, o Vaticano II teve seus limites: os grandes bispos e teólogos do Vaticano II eram, em sua maioria, da Europa central, mais interessados em dialogar com o homem moderno do primeiro mundo secular do que com o mundo dos pobres.

A América Latina fez uma releitura criativa do Vaticano II ao relê-lo a partir do mundo pobre e injustamente marginalizado (Medellín 1968 e Puebla 1979), a partir do pluralismo de culturas e espiritualidades indígenas e afro americanas (Santo Domingo 1992), a partir de uma crescente deterioração da fé e da fraca pertença eclesial (Aparecida 2007).

Por outro lado, nestes 50 anos surgiram novos problemas e novos contextos: queda do socialismo do Leste, globalização, crise econômica do capitalismo atual, as novas tecnologias (TIC), a pós-modernidade, os movimentos feministas e ecológicos, o pluralismo religioso, etc. Por isso, alguns propõem a necessidade de um novo concílio... O próprio Paulo VI dirigindo-se a Semana Social da França disse que agora a pergunta não era: "Igreja, que dizes de ti mesma?", mas "Igreja, que dizes de Deus?".

Porém, antes de pensar em um novo concílio é necessário receber plenamente o Vaticano II e assimilar suas intuições e seu dinamismo. Estar dispostos a caminhar conjuntamente e a mudar a imagem de Igreja. Só a partir daí poderemos responder às novas exigências e desafios do presente e do futuro.

7 *Conversão pastoral*

O Concílio e esta nova imagem de Igreja sinodal, que faz caminho com todos, nos pede uma autêntica conversão pastoral.

Passar de uma pastoral que tem como modelo subjacente a grande Igreja da Cristandade para uma pastoral que se aproxime mais do modelo de pequenas comunidades com coesão interna como a Igreja primitiva.

De uma pastoral centralizada, vertical, a partir de cima, piramidal, a uma pastoral que, em comunhão com Roma, respeite a autonomia das Igrejas locais, que seja intercultural, dialógica e participativa.

De uma pastoral que conta com o respaldo oficial e o apoio do Estado a uma pastoral livre em uma sociedade onde haja pluralismo religioso e liberdade religiosa. A Igreja não pode impor suas normas como algo obrigatório para o Estado e a sociedade. Pode apenas sugerir e iluminar.

De uma pastoral clerical a uma pastoral laical onde não só os varões, mas também as mulheres sejam protagonistas e corresponsáveis, rompendo os autoritarismos clericais ainda existentes e evitando que o pároco se considere o dono e senhor da paróquia.

Passar de uma pastoral de conservação que tem como modelo a Igreja estabelecida a uma pastoral missionária em diálogo com as culturas originais e modernas, com as religiões, com a juventude, etc. Aparecida fala de uma Igreja em estado de missão.

Passar de uma pastoral centrada no templo, que se limita em acolher aos que vêm até ela a uma pastoral centrada nas casas e nas ruas, para ir à casa do povo.

De uma pastoral eminentemente e às vezes exclusivamente sacramental a uma pastoral centrada na Palavra e na evangelização.

De uma pastoral baseada no doutrinal e moral a uma pastoral que antes de tudo inicie a uma experiência do encontro pessoal com Jesus, sem o qual não se pode ser cristão (Aparecida 12)³.

De uma pastoral centrada na paróquia e no culto a uma pastoral orientada a formar comunidade de comunidades, que eduque em sentido forte de pertença eclesial, no “ser eclesial” que gere comunhão com os pastores, participação e corresponsabilidade de todos os carismas nas diversas comunidades; que leve a uma renovação da comunidade familiar, religiosa, paroquial, presbiteral e diocesana em clima de diálogo fraterno, em comunhão e sinodalidade, através de concílios, assembleias, sínodos, etc.

³ Citando a encíclica de Bento XVI, *Deus caritas est*, n 1.

De uma pastoral centrada, sobretudo nos setores médios e altos, a uma pastoral solidária e centrada preferentemente nos pobres, camponeses e nos setores populares e jovens para que a Igreja seja uma Igreja pobre, nazarena, sensível e humilde. Uma Igreja dos pobres como desejou João XXIII.

De uma pastoral desligada da vida, abstrata e a-histórica a uma pastoral orientada a transformar a realidade, a respeitar a criação, libertadora e que comunique vida plena àqueles que têm a vida ameaçada.

Tudo isso não é fácil e pode parecer utópico, porque a primeira evangelização na América Latina realizou-se em plena Igreja de Cristandade, concretamente, na Igreja pós tridentina, com uma forte ênfase sacramental, doutrinal, racional-moralizante e individualista, pouco bíblica, que contrastava com a mentalidade e cosmovisão de origem indígena, que possuía um forte sentido comunitário, um estar “em relação” para compartilhar e celebrar a vida buscando o “bem viver” e o conviver com todos em harmonia com a natureza, com o seu sentido de equilíbrio, de reciprocidade e de respeito à diversidade. Esta mentalidade de origem latino-americana e ameríndia, seguramente, pode sintonizar mais com a imagem de Igreja proposta pelo Vaticano II.

8 Conversão ao Evangelho

Sem conversão ao Evangelho não se pode evangelizar. Em todo caso esta mudança pastoral não se conseguirá só com programas e normas pastorais se não há uma autêntica conversão de todos, clero e leigos, ricos e pobres, modernos e originários, ao Evangelho de Jesus de Nazaré, a seu projeto de filiação e de fraternidade que constitui o objetivo do Reino. É necessária uma espiritualidade e uma mística de comunhão entre todos os agentes pastorais e entre eles e seus pastores a serviço da única missão de Deus.

Esta mística de comunhão eclesial é a que nos abrirá ao ecumenismo com outros cristãos, ao diálogo com os não cristãos, a nos solidarizar com todas as alegrias e dores da humanidade, em especial a dos pobres, buscando que todos tenham vida abundante, começando pelo mínimo, que todos tenham uma vida digna.

Esta conversão ao Evangelho é suscitada a partir de dentro, pelo Espírito Santo, Senhor e doador da vida. O Espírito presente no início da criação, o Espírito que guiou Israel, o Espírito que fez nascer Jesus de Maria, o Espírito que orientou a vida de Jesus, o ressuscitou dentre os mortos e desceu sobre a Igreja e sobre todo o mundo em Pentecostes.

É este mesmo Espírito que inspirou João XXIII a convocar o Vaticano II para que fosse um novo Pentecostes. Só a partir da fidelidade a este mesmo

Espírito que impulsionou João XXIII a convocar o Concílio que poderemos ler, interpretar e receber vitalmente o Concílio e colocá-lo em prática.

Um exemplo da espiritualidade de João XXIII pode ser este fragmento de seu Diário escrito poucos dias antes de sua morte:

“Hoje, mais do que nunca, certamente mais que nos séculos precedentes, somos chamados ao serviço do homem como tal, não só dos católicos. Somos chamados a defender, sobretudo e em todas as partes, os direitos da pessoa humana e não só os da Igreja católica. As condições atuais, as investigações dos últimos 50 anos levaram-nos a realidades novas, conforme disse no discurso de abertura do Concílio. Não é que tenha mudado o Evangelho, nós é que começamos a compreendê-lo melhor. (...). Chegou o tempo de discernir os sinais dos tempos, de agarrar-se à oportunidade de olhar adiante”.

(Tradução do original castelhano: Rosana Araujo Viveiros ANSP)

Victor Codina SJ. Doutor em Teologia pela Universidade Gregoriana de Roma. Foi professor de Teologia na Espanha e na Bolívia. Atualmente é professor emérito da Universidade Católica Boliviana de Cochabamba. Publicou, entre outros: *Creio no Espírito Santo*, São Paulo 1997; *Los Caminos Del Oriente Cristiano*, Santander 1998; *“Não extingais o Espírito” (1^o Ts 5,19)*, São Paulo 2010; *Una Iglesia Nazarena*, Santander 2010.

Endereço: Pasaje Escudano 101
Casilla 2175
Cochabamba – Bolívia
e-mail: victorcodina@yahoo.es